

ISSN 2179-6890

**ACOMODAÇÃO, NEGAÇÃO E ADAPTAÇÃO:  
DEBATE HISTORIOGRÁFICO ENTRE GILBERTO  
FREYRE, JACOB GORENDER E A HISTORIOGRAFIA DO  
ESCRAVO REAL<sup>1</sup>  
(HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL)**

*ACCOMODATION, NEGATION AND ADAPTATION:  
HISTORIOGRAPHICAL DEBATE BETWEEN GILBERTO  
FREYRE, JACOB GORENDER AND THE REAL SLAVE'S  
HISTORIGRAPHY  
(HISTORIOGRAPHY OF SLAVERY IN BRAZIL)*

**Leandro Goya Fontella<sup>2</sup> e Luís Augusto Ebling Farinatti<sup>3</sup>**

**RESUMO**

A historiografia sobre o escravismo no Brasil paira atualmente sobre um novo paradigma hegemônico. Influenciados pela corrente culturalista do marxismo, os historiadores deste panorama se opuseram à ideia de um sistema escravista extremamente rígido defendido pela perspectiva marxista estruturalista, que esteve em voga nas décadas de 1960-70. Esta, por sua vez, se contrapôs às concepções lançadas por G. Freyre nos anos 1930. Ao promover um debate historiográfico entre estas distintas perspectivas, não só busquei evidenciar algumas de suas principais contradições, equívocos, acertos e influências teórico-metodológicas, mas também, procurei constatar de que maneira essas abordagens construíram as suas representações sobre a escravidão e qual foi o padrão de comportamento que estabeleceram como requisito para caracterizar o escravo como sujeito histórico. Para isso, recorri a elementos das obras de Freyre, Gorender e de alguns historiadores da *historiografia do escravo real*. Deste modo, cheguei ao trinômio *acomodação, negação e adaptação*.

**Palavras-chave:** escravidão, historiografia, G. Freyre, J. Gorender, escravo real.

<sup>1</sup> Trabalho de Iniciação Científica - UNIFRA.

<sup>2</sup> Acadêmico do curso de Licenciatura em História - UNIFRA.

<sup>3</sup> Orientador - UNIFRA.

## ABSTRACT

*The historiography about slavery in Brazil hangs currently on a new hegemonic paradigm. Influenced by the cultural chain of Marxism, the historians of this scenery opposed the idea of a slave system extremely rigid defended by the Marxist structuralist perspective that was in vogue in the decades of 1960-70. This, in turn, opposed the conceptions launched for G. Freyre in 1930. Upon promoting a historiographic debate between the distinct perspectives, not only it was searched to evidence some of its main contradictions, mistakes, rightness and theoretical-methodological influences; but also, it was sought to evidence how these approaches constructed their representations on slavery and what was the standard behavior that had been established as a requisite to characterize the slave as historical subject. For this, it was used some elements of the works of Freyre, Gorender and some historians of the real slave historiography. In this way, it was reached the trinomial accommodation, negation and adaptation.*

**Keywords:** *slavery, historiography, G. Freyre, J. Gorender, real slave.*

## INTRODUÇÃO

A historiografia sobre o escravismo no Brasil paira atualmente sobre um novo paradigma hegemônico, o qual começou a emergir a partir do início da década de 1980. Esse panorama foi paulatinamente ganhando espaço no universo acadêmico em detrimento das concepções que estiveram em voga nas décadas de 1960-70. Porém, o caminho das análises – mais complexas e efetivas – sobre o sistema escravista brasileiro remontam ao princípio dos anos 1930, com a obra *Casa Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre.

Ao promover um debate historiográfico entre as distintas perspectivas que até então forjaram a história da escravidão brasileira, não somente busquei evidenciar algumas das principais contradições, equívocos, acertos e influências teórico-metodológicas destas, mas também, procurei constatar de que maneira essas abordagens construíram as suas representações sobre a escravidão e qual foi o padrão de comportamento que estabeleceram como requisito para caracterizar o escravo como sujeito histórico. Para isso, recorri a elementos das obras de Freyre, Jacob Gorender e em alguns historiadores ligados a uma vertente historiográfica a qual chamei de historiografia do escravo real.

Ao abordar a complexa obra freyriana, enfatizei, como não poderia deixar de ser, os capítulos IV e V de *Casa Grande & Senzala*, que tratam especificamente

da participação do *escravo negro* na formação da sociedade brasileira. Freyre reconheceu e valorizou a influência do *negro cativo*, no entanto, o viu como *agente histórico passivo*, conformado com sua condição social degradante. Além disso, G. Freyre, baseado em suas ideias culturalistas e em alguns de seus conceitos como patriarcalismo e miscigenação harmoniosa, concebeu um sistema escravista suave, em que o *escravo passivo* procurava *se acomodar* para viver seu cativo.

Jacob Gorender é um dos representantes mais proeminentes do panorama historiográfico que, ao rejeitar veementemente as teses freyrianas, tornou-se preponderante nas décadas de 1960-70. Vinculado a uma corrente marxista estruturalista, Gorender elaborou e apoiou proposições que mostraram a escravidão como um sistema de extrema rigidez, no qual os escravos, *coisificados socialmente*, não teriam margem alguma de autonomia e, portanto, não conseguiriam elaborar projetos próprios, tendo na *negação total do escravismo* a única maneira de resistência.

Os historiadores da historiografia do escravo real se opuseram à ideia de um sistema escravista extremamente rígido defendido pela perspectiva marxista estruturalista. Influenciados pela corrente culturalista do marxismo formularam teses que colocam em evidência, sem negar a violência do escravismo brasileiro, a *resistência cotidiana* dos escravos. Assim, esta perspectiva historiográfica, por meio dos conceitos como o de *negociação*, tenta apreender as estratégias de *adaptação* dos escravos ao sistema escravista. Contudo, para estes historiadores, estas estratégias de *adaptação* significam, não só o modo como os cativos procuraram viver o cativo da forma que lhe fosse mais vantajosa, mas expressam também que, a cada movimento de *adaptação* ao sistema, os escravos estavam tacitamente mantendo e desenvolvendo atividades de resistência ao próprio escravismo, buscando por finalidade derradeira a sua superação. Ou seja, a *adaptação* também caracteriza-se como uma maneira de *resistência* ao escravismo. Desse modo, esta perspectiva percebe todos os cativos *como sujeitos históricos ativos* que, mesmo tendo sofrido com todas as privações impostas pelo escravismo, possuíam uma relativa margem de autonomia, por onde – adaptando-se e/ou resistindo ao sistema – conseguiram galgar conquistas, que ao longo do tempo foram paulatinamente minando as estruturas do sistema escravista.

O debate historiográfico mais polêmico travou-se entre estes dois últimos paradigmas. Entretanto, nas entrelinhas das teses, nas ideias e críticas tecidas de lado a lado nota-se a influência da obra de Freyre.

Dentre os panoramas aqui sintetizados, o que considero mais coerente, por diversas razões que ficarão claras no decorrer do trabalho, é o paradigma da historiografia do escravo real. Contudo, é imprescindível conhecer estas outras vertentes para que se mantenha aberto um canal de diálogo histórico e

historiográfico e se possa construir uma consciência relativista em relação a esta vertente hegemônica, prevenindo-a de um perigoso *dogmatismo cultural*.

## **ACOMODAÇÃO: ESCRAVIDÃO SUAVE E O ESCRAVO NEGRO PASSIVO NA OBRA DE GILBERTO FREYRE**

O pernambucano Gilberto de Mello Freyre dispensa apresentações, basta dizer que foi ele o autor de uma vasta e volumosa obra, na qual se destaca *Casa Grande & Senzala*. Lançado no ano de 1933, este livro tornou-se “a obra de interpretação do Brasil mais conhecida no país e mais traduzida no exterior” (REIS, 1999, p. 51). O conjunto de sua produção intelectual tornou-se referência superior da ciência social em amplitude internacional.

Segundo Diehl, em *Casa Grande & Senzala* “[...] o autor parte da hipótese da existência de uma especificidade da cultura brasileira, de uma síntese em elaborações no devir histórico. Freire acreditava ter encontrado a chave para a explicação da história social brasileira na ascensão e queda da sociedade patriarcal [...]” (1998, p. 182). Além disso, ele, ao contrário das vertentes historiográficas hegemônicas até então - influenciadas pelas teorias raciológicas da segunda metade do século XIX e início do século XX -, valorizou a miscigenação ao transformar esse problema em seu ponto central de análise, assim, buscou acabar com o complexo de inferioridade da população negra e mulata brasileira, ofertando uma base de confiança no futuro (DIEHL, 1998). Neste ponto, concordando com Diehl, oponho-me a José Carlos Reis quando este expõe que Freyre “é otimista em relação ao passado e pessimista em relação ao futuro [...] que ele definitivamente recusa” (1999, p. 60). Em meu entender, Gilberto Freyre é otimista tanto em relação ao passado quanto ao futuro; ao perceber o Brasil não em termos raciais, mas em termos culturais, ele reverenciava a obra colonizadora do português e vislumbrava um futuro ainda mais brilhante para essa civilização tropical. Para ele, a miscibilidade do colonizador português havia criado nos trópicos a primeira sociedade moderna com características nacionais e permanentes. Os colonizadores desenvolveram a economia pelo empenho e emprego de capital privado, a partir da geração local de riqueza, com produção vegetal, aproveitando os nativos para o trabalho e principalmente as mulheres para a formação da família<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Freyre considera que a “predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-se em grande parte pelo passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África” (1998, p. 5). Sobre a miscibilidade e a formação da sociedade moderna e original nos trópicos ver o Tomo I de FREYRE, G. de M. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

Carlos Guilherme Mota situou a obra de G. Freyre no processo que denominou de *redescobrimto do Brasil*<sup>5</sup>, o qual, na década de 1930, procurou repensar o processo histórico brasileiro, imprimindo uma visão antropológica interessada em inserir as parcelas sociais subalternas - mestiços, negros, imigrantes, homens livres pobres - em um contexto socioeconômico mais complexo (Diehl, 1999). Este processo contestava as interpretações históricas político-administrativas, factuais e deterministas hegemônicas desde meados do século XIX. Contudo, J. C. Reis assenta o trabalho de Freyre como “[...] uma continuidade da visão dos ‘descobridores do Brasil’, isto é, ele faz um reelogio da colonização portuguesa. Freyre é *neovarnhageniano*, neste aspecto. Quanto ao aspecto teórico-metodológico, ele é outra coisa, outra linguagem, outra história”<sup>6</sup> (1999, p. 62, 63) [*grifos meus*]. Mais uma vez discordo de J. C. Reis quanto a classificar o trabalho de Freyre de *neovarnhageniano*. Apesar de a obra freyriana enaltecer a colonização portuguesa, o autor pernambucano reconhece que os vícios e mazelas sociais coloniais são frutos da monocultura e da escravidão, que foram, no seu entendimento, os pilares para a colonização do Brasil. Vejamos, se Freyre elogia a colonização portuguesa nos trópicos, e de fato o faz, e ao mesmo tempo tece uma postura crítica quanto aos pilares da obra colonizatória, atribuindo a eles a responsabilidade da grande maioria dos problemas sociais, percebo que a legitimação entusiasmada, acrítica, idealizadora e nostálgica alegada por J. C. Reis à obra freyriana, no tocante à colonização portuguesa no Brasil, deve ser bastante relativizada. Além do mais, o próprio José Carlos Reis admite que quanto a características teóricas e metodológicas Freyre está bastante além de Varnhagem, que nos anos 1850 produziu uma história político-administrativa e biográfica, apreciando as ações e documentos oficiais, desta maneira, valorizando a ação da família real, elaborou uma visão portuguesa do Brasil. Já Freyre em 1930, enfatizando a ação do cotidiano da família rural, formulou, por meio de uma miríade de novas fontes, até então desprezadas, uma história social, econômica e mental, com uma visão luso-brasileira (REIS, 1999). Portanto, de acordo com Diehl, que percebe a obra freyriana como “uma ponte entre o naturalismo e o positivismo dominantes na época da virada do século e os pontos de vista socioantropológicos que se imporiam na década de 1940” (1998, p. 185, 186), e Mota, enquadro o trabalho de Gilberto Freyre no processo de *redescobrimto do Brasil*.

<sup>5</sup> Juntamente com Casa Grande & Senzala, Mota classificou as obras Raízes do Brasil (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, e Evolução Política do Brasil (1933), de Caio Prado Jr. no processo de redescobrimto do Brasil. Sobre este processo ver MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira** (1933 – 1974). São Paulo: Ática, 1975; e DIEHL, A. A. **Cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

<sup>6</sup> Sobre Francisco Adolfo de Varnhagen ver REIS, J. C. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

Todavia, mesmo enquadrando Freyre como um *redescobridor do Brasil*, de acordo com Mota e Diehl, tenho restrições quanto às principais teses de *Casa Grande & Senzala*, como por exemplo: o brilhantismo da colonização portuguesa; as representações de passividade do escravo – foco principal desse estudo – e do índio no processo de colonização; a democracia racial; a ausência de luta de classes, entre outras. Conquanto, percebo que devido às profícuas e ousadas inovações teórico-conceituais e metodológicas, e o intenso e importante debate que sua obra fomentou, ela deve ser considerada na vanguarda do paradigma sócio-antropológico que emergia na década de 1930.

No tocante às inovações teórico-conceituais e metodológicas, influenciado pela vertente antropológica difusionista de Franz Boas<sup>7</sup>, que foi seu orientador, Freyre negou abordagens históricas progressistas e evolucionistas e, desta forma procurou estudar

[...] o cotidiano, um campo de pesquisa social então original, inovador. [Assim,] descobriu junto com os franceses dos *Annales*, a história do cotidiano, a história das mentalidades coletivas, a renovação das fontes da pesquisa histórica: receitas culinárias, livros de etiquetas, fotografias, festas, expressões religiosas, brinquedos e brincadeiras infantis, cantigas de roda, histórias infantis, relatos de viajantes estrangeiros, autobiografias, confissões individuais, diários íntimos, lendas, folclore... E sem negligenciar ou dispensar as fontes institucionais, oficiais, estatais (REIS, 1999, p. 54).

Ainda segundo Reis (1999),

Ele [Freyre] propõe uma abordagem empática da realidade social, que lhe permitiu desenvolver uma história sociológica. Seu objetivo é alcançar a subjetividade, é aprender a vida em seu interior. Uma história política, psicológica, vitalista, dionisíaca e não intelectualista. [...] Sua história criativa do Brasil despreza tudo da história político-administrativo-militar por uma vida rotineira, onde se sente melhor o caráter de um povo (p. 53).

---

<sup>7</sup> Sobre o difusionismo e Franz Boas ver MOURA, M. M. **Nascimento da antropologia cultural**: a obra de Franz Boas. São Paulo: Hucitec, 2004. Sobre a formação acadêmica de Freyre nos E.U.A e suas implicações na análise cultural brasileira, ver MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira** (1933 – 1974). São Paulo: Ática, 1975.

Para F. H. Cardoso, que analisou a obra freyriana entusiasmadamente, “Freyre é mais do que um cientista ou mesmo um escritor: é um verdadeiro criador. Os resultados que alcançou estão além do instrumental metodológico de que dispunha” (CARDOSO apud REIS, 1999, p. 54). Neste mesmo enfoque, Diehl observa que o autor pernambucano

[...] pretendia ultrapassar o critério do apego à história episódica e ir ao cotidiano; assim, usou impressionante dispositivo de material informativo, indo de monografias e memórias eruditas até o anúncio de jornais da época, destacando-se, ainda os relatos de viajantes estrangeiros e autobiografias de brasileiros (1998, p. 188).

Apoiado em um inovador aparato teórico-metodológico, Freyre notabilizou-se por desenvolver uma deliciosa escrita que aglutinava elementos literários com análises histórico-sociológicas. O próprio G. Freyre se apresentava como um ensaísta, renegando títulos como de especialista em ciências sociais, antropólogo, sociólogo ou historiador (FREYRE apud REIS, 1999). Com essa linguagem agradável, quase que coloquial, ele produz em *Casa Grande & Senzala* cinco capítulos, dos quais um é dedicado as suas considerações sobre o índio, dois tratam dos portugueses e os outros dois analisam o papel do negro-escravo na constituição da sociedade colonial brasileira. Neste estudo, apesar de tecer algumas considerações sobre o conjunto de toda esta obra de Freyre, deter-me-ei, com maior vigor, nestes dois últimos capítulos.

A historiografia brasileira sobre a escravidão tem origem efetiva em *Casa Grande & Senzala* (QUEIROZ, 1987; GRAHAM, 1979 apud REIS, 1999). Como constatado anteriormente, Freyre colocou a miscigenação no cerne de sua análise, e considerou-a chave para o sucesso do processo colonizatório e da moderna sociedade tropical que se desenvolvia. Longe de ser um fator negativo, a amalgamação das três etnias – o português, isto é, o europeu branco; o indígena; e o negro africano –, em sua compreensão, foi vantajosa; conforme J. C. Reis (1999), ela forjou “o tipo ideal do homem moderno para os trópicos, um europeu com sangue de negro ou índio” (p. 73), ou seja, *o mestiço brasileiro*. Neste contexto, Freyre destaca muito mais a participação do negro africano do que a ação do indígena nativo. Para ele, a miscigenação proporcionou um encontro solidário, generoso, fraterno e democrático entre os portugueses conquistadores e os indígenas e negros conquistados e, portanto, diminuiu a distância social que separava a casa grande da senzala (REIS, 1999). Assim, G. Freyre construiu

o conceito de *democracia racial brasileira*, isto é, a complexa aproximação afetuosas, sentimental, familiar e sexual entre senhores e escravos fez com que aqueles passassem a tratar estes de maneira bondosa, terna e suave. Neste processo de miscigenação, os negros desempenharam o papel de mediador entre os pólos sociais indígenas e europeus. Com seu caráter plástico, extrovertido, doce, alegre, eles se tornaram o fator de suavização das diferenças – tanto da introspecção do ameríndio quanto do sadismo do europeu – e, deste modo, harmonizaram o choque cultural entre as etnias, e os antagonismos econômicos, sociais e políticos.

Ao privilegiar o conceito de cultura, em detrimento do conceito de raça e ao determinismo racial, a obra freyriana dissociou o *negro* do *escravo*. O negro foi deturpado pela escravidão. Em suas próprias palavras, ele coloca que

Sempre que consideramos a influência do negro sobre a vida íntima do brasileiro, é a ação do escravo, e não a do negro [...] o negro nos aparece no Brasil, através de toda nossa vida colonial e da nossa primeira fase de vida independente, *deformado pela escravidão* [...] e pela monocultura [...] parece-nos absurdo julgar a moral do negro no Brasil pela sua *influência deletéria como escravo* [é] impossível a separação do negro, introduzido no Brasil, de sua condição de escravo. A escravidão desenraizou o negro do seu meio social [assim] seria absurdo esperar do escravo outro comportamento senão o imoral, de que tanto o acusam (FREYRE, 1998, p. 315) [*grifos meus*].

Logo, a influência do negro não pode ser avaliada como deletéria enquanto negro, mas enquanto escravo, assim sendo, deve-se observar que há uma significativa diferença entre a influência que o negro livre teria exercido e a que o negro escravo efetivamente exerceu, a partir de sua condição social moralmente rebaixada (REIS, 1999). Mesmo assim, o autor pernambucano entusiasmou-se com a contribuição do escravo-negro no processo histórico brasileiro. Para ele, este se constituiu no maior colaborador do português na colonização. Ao contrário do indígena – que em sua compreensão falhou no trabalho sedentário –, o negro cativo adaptou-se muito bem não só ao trabalho no eito, mas também nas atividades domésticas e, desse modo, acabou tendo participação determinante, maior do que a do próprio português, no desenvolvimento econômico da colônia. Aliás, além de o cativo de origem africana ter fomentado um impressionante sincretismo cultural, transformando a língua portuguesa, a religião católica, a

gastronomia, o imaginário popular, ele atuou ainda, como um *vetor de civilização*, difundindo, no momento de suas fugas, junto às comunidades indígenas, a língua portuguesa e o catolicismo. Frente aos caboclos, os negros tornaram-se *elemento europeizante*, atuando na ligação daqueles com os portugueses e com a Igreja, e, em alguns casos, exerceram “função original e criadora, *transmitindo à sociedade em formação* elementos valiosos de cultura e técnica africana” (FREYRE, 1998, p. 308) [*grifos meus*].

Contudo, contraditoriamente, mesmo reconhecendo e admirando a amplitude da influência dos escravos negros na sociedade colonial, G. Freyre considera os negros cativos – e também os índios – como sujeitos históricos que “funcionaram *passiva e mecanicamente*” (1998, p. 316) [*grifos meus*] diante o sistema social e econômico, o qual dividia a formação social “em senhores todopoderosos e em *escravos passivos*” (1998, p. 316) [*grifos meus*]. Porém, ele parece crer sinceramente que, devido à afetividade das relações sociais, regidas por meio da personalidade do ambiente democrático da família patriarcal, os escravos – principalmente o doméstico – foram tratados com doçura pelos seus senhores.

Em suma, a perspectiva freyriana sobre a escravidão, da qual divirjo em grande parte, não leva em consideração a luta de classes, não reconhece os cativos como sujeitos históricos ativos, que possuíam relativa margem de autonomia em suas ações e que, de maneira limitada, conseguiam influenciar no processo histórico. Freyre compreende a escravidão como um sistema degradante moralmente. Entretanto, afirma que somente com esta instituição a colonização portuguesa nos trópicos teria conseguido obter o sucesso o qual ele julga ter obtido. Nesse contexto, sua análise histórico-social abranda esta instituição por meio de seus conceitos de *miscigenação harmoniosa* e *democracia racial*. Portanto, ele acreditou em uma escravidão consensual entre senhores e escravos, chegando ao ponto de alegar que muitos negros desfrutavam-na com alegria. Do fechamento de *Casa Grande & Senzala* destaco este fragmento:

Nos engenhos, tanto nas plantações, nas cozinhas, lavando roupa, enxugando prato, fazendo doce, pilando o café; nas cidades, carregando sacos de açúcar, pianos, sofás de jacarandá de ioiôs brancos – *os negros trabalhavam sempre cantando*: seus cantos de trabalho, tanto quanto os de xangô, os de festa, os de ninar menino pequeno, *encheram de alegria africana a vida brasileira*. Às vezes de um pouco de banzo: mas principalmente de alegria. [...] *Mas não foi toda de alegria a vida dos negros, escravos*

dos ioiôs e das iaiás brancas. Houve os que se suicidaram [...] (FREYRE, 1998, p. 463, 464) [*grifos meus*].

Foi, em boa medida, devido à excessiva ênfase na suavidade do sistema escravista colonial, que G. Freyre veio a ser duramente criticado, nas décadas de 1960-70, por uma vertente historiográfica de orientação teórica marxista estruturalista. Estes intelectuais<sup>8</sup> pensaram o Brasil a partir dos conceitos de *classe social* e *luta de classes* e se opuseram à visão idílica do Brasil colônia elaborada por G. Freyre, para eles a valorização da cultura negra não considerou a condição social de escravo do negro, portanto, a perspectiva culturalista é entendida como interclassista, reacionária, pois harmoniza as contradições sociais (REIS, 1999). Nesse contexto, Jacob Gorender, um dos maiores críticos de Freyre, defendeu que a interpretação sociológica do autor pernambucano “colocou a classe senhorial no centro do quadro e, guiando-se por certos dos seus caracteres exteriores, modelou a história de uma sociedade patriarcal e aristocrática” (1988, p. 1). Do mesmo modo, J. C. Reis percebe que o olhar freyriano “sobre o Brasil é senhorial e, portanto, ele o olha da janela da sala de visitas, do alpendre, da casa grande” (1999, p. 65), e Diehl (1998) conclui que nem mesmo o fato de Freyre formular sua análise histórica e social utilizando significativa quantidade de fontes de cunho popular faz com que sua obra se enquadre em uma perspectiva popular, apenas, “[...] vincula o conhecimento que se tem das esferas populares à ótica aristocrática [...]” (p. 194). Sob este aspecto, estou de acordo com estes autores. O conservadorismo freyriano gera o efeito de encobrir as contradições entre os atores sociais; menospreza a contribuição das parcelas sociais subalternas como agentes históricos ativos; negligencia a influência que as estruturas socioeconômicas exercem sobre os sujeitos sociais; e despreza a luta de classes. Dessa forma, G. Freyre tornou-se um autor que produziu uma descrição exageradamente estática do panorama social, detectando ao longo do processo histórico as constantes e privilegiando a continuidade em detrimento das transformações.

Enfim, não é necessário concordar com todas as ideias de Gilberto Freyre para reconhecer a grandiosidade de sua obra. Além disso, para perceber o alcance e a repercussão de suas interpretações e análises, basta notar que seu trabalho gerou intensos e polêmicos debates acadêmicos durante toda a segunda metade do século XX sendo, até hoje, referência para os estudos e pesquisas sobre o período colonial brasileiro e, principalmente, sobre escravidão. Nada mal para um *ensaísta*.

---

<sup>8</sup> Entre outros, pode-se destacar Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Roger Bastide e Jacob Gorender.

## NEGAÇÃO X ADAPTAÇÃO: GORENDER *VERSUS* A HISTORIOGRAFIA DO ESCRAVO REAL

Fortemente influenciado pelas correntes estruturalistas do marxismo, Jacob Gorender elaborou, ao mesmo tempo que Ciro F. Cardoso, uma vertente de interpretação da colonização brasileira, a qual assenta-se na especificidade estrutural da colônia. Gorender e Cardoso entenderam que o Brasil colonial possuía um sentido próprio<sup>9</sup>, a partir desta perspectiva, eles buscaram, cada um a seu modo, adaptar a teoria marxista à especificidade estrutural colonial e, deste modo, criaram a tese do *modo de produção escravista colonial*<sup>10</sup>.

Embora, não junto com a escola de sociólogos, economistas e historiadores da USP, Gorender está, desde as décadas de 1960-70, entre os mais implacáveis críticos do panorama freyriano da escravidão. Para ele, mesmo que a obra de Freyre tenha argumentado contra a teoria racista e feito notáveis descobertas sobre as raízes africanas da cultura brasileira – mérito e respeito do qual parcelas da crítica de esquerda se omite –, ela trouxe, concatenadas, as teses do caráter patriarcal e benigno da escravidão luso-brasileira e da vigência da democracia racial em nossa formação social; em contrapartida, a historiografia da escravidão e a sociologia, orientadas pela corrente marxista leninista, produziram, respectivamente, trabalhos que, refutando as teses de Freyre, desvendaram a dureza do escravismo luso-brasileiro, e demonstraram o vigor da discriminação e do preconceito racial contra os negros; situações que provocam consequências degradantes aos afro-descendentes no Brasil (GORENDER, 1991).

Situado, portanto, neste contexto de contestação do paradigma freyriano e vinculado a uma tradição teórico-conceitual e metodológica marxista estruturalista leninista, J. Gorender defende concepções amparadas aos conceitos de reificação social do negro-escravo, além disso, crê que a escravidão teria sufocado quase todos os projetos dos cativos e reconhece como resistência escrava somente ações como fugas, revoltas, suicídios, ou seja, apenas atitudes extremas de negação total do escravismo.

<sup>9</sup> Gorender e Cardoso foram seguidores de Caio Prado Jr., no entanto, não concordaram com as ideias circulaçãoistas deste. Para Prado Jr., primeiro autor a elaborar uma interpretação marxista na historiografia brasileira, a história colonial brasileira foi um capítulo da expansão comercial europeia, isto é, não possuía sentido próprio e, portanto, o Brasil colonial somente poderia ser entendido neste contexto. Os seguidores mais proeminentes da corrente circulaçãoista inaugurada por Prado Jr. foram Fernando Novais e Celso Furtado.

<sup>10</sup> Sobre o modo de produção escravista colonial ver CARDOSO, C. F. O modo de produção escravista colonial. In: SANTIAGO, T. A. (Org.) **América colonial**; ensaios. Rio de Janeiro: Pallas, 1975; e GORENDER, J. **O escravismo colonial**. 5. ed. revista e ampliada. São Paulo: Ática, 1988.

A esta visão se opuseram diversos historiadores que, no decorrer da década de 1980, criaram um novo paradigma para a interpretação do sistema escravista brasileiro. Esta nova vertente historiográfica da escravidão brasileira, a qual denominei *historiografia do escravo real (HER)* foi gradativamente desenvolvendo-se em distintos centros de excelência, principalmente, no sudeste do Brasil. Dentre estes centros destacam-se os núcleos de pesquisa sobre escravidão da UNICAMP<sup>11</sup>, da UFBA<sup>12</sup> e da Fundação Casa Rui Barbosa<sup>13</sup>. Influenciados pelo marxismo culturalista de E. P. Thompson, os historiadores da *HER* procuraram, readequando o conceito thompsoniano de experiência<sup>14</sup> para as especificidades do escravismo brasileiro, identificar quais foram as estratégias utilizadas pelos negros escravos nas diversas formas de resistência cotidiana que imprimiram ao longo de suas vidas no cativeiro<sup>15</sup>. Nesse sentido, Slenes (1999) acredita que, para melhor se adaptarem ao cativeiro e/ou alcançar vantagens individuais, os negros utilizaram desde as ações explícitas de negação ao sistema até a disposição para *negociar*<sup>16</sup> com seus senhores, e isso acabou condicionando a forma e a história do escravismo no Brasil. Além disso, Robert Slenes crê ainda que este processo de negociação – tanto quanto o de negação – tornou-se subversivo ao próprio sistema escravista, já que, impôs, ao longo do tempo, limites a escravidão. Limites os quais foram sendo moldados por meio de conquistas, que uma vez adquiridas não mais poderiam ser retirados, sob pena de imediatas ações de revolta, rebelião e boicote por parte dos cativos. Contudo, ao mesmo tempo em que isto auxiliava na paulatina desagregação do sistema escravista, também colaborava para a sua manutenção. Assim sendo, esse panorama busca, por meio das *experiências e heranças culturais em comum* dos cativos, colocar estes como agentes históricos ativos e como protagonistas do processo histórico, do qual foram a principal força de trabalho. Conforme João José Reis e Eduardo Silva, “os escravos não foram

---

<sup>11</sup> Universidade Estadual de Campinas, localizada em Campinas – SP. Nesta instituição destacam-se os professores Robert W. Slenes, Silvia H. Lara e Sidney Chalhoub.

<sup>12</sup> Universidade Federal da Bahia, localizada em Salvador – BA. Nesta instituição destacam-se os professores João J. Reis e Kátia M. de Queirós Mattoso.

<sup>13</sup> A Fundação Casa Rui Barbosa está situada na cidade do Rio de Janeiro – RJ. Nesta instituição destaca-se o professor Eduardo Silva.

<sup>14</sup> Sobre o conceito thompsoniano de experiência ver THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: \_\_\_\_\_. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

<sup>15</sup> É importante ressaltar que por motivos didáticos e de espaço sacrifiquei uma abordagem mais ampla e heterogênea sobre os historiadores da HER e suas respectivas obras.

<sup>16</sup> Slenes coloca que entende o termo negociar no sentido amplo que Clausewitz deu a ele, ou seja, “como um processo conflituoso em que ambas as partes procuram ‘persuadir’ o outro, podendo usar como arma até a ameaça da ‘guerra’ e a própria ‘guerra’” (1999, p. 17).

vítimas nem heróis o tempo todo, se situando na sua maioria e a maior parte do tempo entre um e outro pólo. [...] Essa abordagem [...] vê a escravidão sobretudo da perspectiva do escravo, um *escravo real*, não reificado nem mitificado [...]” (1999, p. 07, 08) [grifos meus].

A ênfase que a *HER* dispensou ao conceito de negociação logo provocou reações dos adeptos das tradições estruturalistas do marxismo. Jacob Gorender acusou estes historiadores de *neofreyrianos*, e, para defender-se das críticas que havia recebido destes, utilizou-se de praticamente os mesmos argumentos que havia usado para criticar G. Freyre. Gorender argumentou que: o novo paradigma historiográfico pretendia resgatar uma visão de escravidão “benemerente, paternal, legalista, com negociações pacíficas, acordo sistêmico, paz social entre as classes antagônicas” (1991, p. 43); e apontou-o como uma perspectiva reacionária, que estaria ocultando a luta de classes e subestimando as contradições e influências estruturais da sociedade; além disso, denominou a *HER* de “[...] historiografia reabilitadora da escravidão” (1991, p. 44).

Parece-me, que José Carlos Reis compra a tese de Jacob Gorender ao afirmar que,

Nos anos 1960, Roger Bastide, F. Fernandes e sua equipe trataram do tema [escravidão] contra a perspectiva de Freyre, mas tendo como referência; nos anos 1980-90, historiadores brasileiros resgataram a sua visão da escravidão – Kátia Matoso (sic) e os historiadores de Campinas recuperaram um ‘escravo sujeito dentro de uma ordem social escravista consensual’. Nos anos 1960-70, argumentou-se contra a tese freyriana da suavidade da escravidão brasileira [...] nos anos 1980-90, volta-se a Freyre: a escravidão era consensual, o escravo mantinha a sua subjetividade autônoma e agia estrategicamente acomodando-se ao sistema, procurando obter vantagens individuais. Sua forma de resistir é uma ‘ação adaptadora’” (1999, p. 62).

Os argumentos de José Carlos Reis e Jacob Gorender não me convencem. Para perceber os equívocos das considerações destes dois autores, basta folhear algumas páginas das obras dos autores ligados a *HER*. No tocante à ausência e/ou ao encobrimento do processo de *luta de classes*, em *Na Senzala, uma Flor*, por exemplo, Robert Slenes coloca ainda no prefácio: “meu livro enfatiza, [...] uma

abordagem *política* da escravidão. Insiste, alíás, na centralidade dos processos de ‘luta de classe’ na constituição do sistema escravista [...]” (1999, p. 17) [*grifos do autor*]. Por conseguinte, em relação à visão de um sistema escravista terno e suave, Slenes ressalta que

É importante frisar que os novos estudos não amenizam nossa visão dos horrores da escravidão, nem procuram fazer isso. Apenas devolvem ao escravismo sua ‘historicidade como sistema construído por agentes sociais múltiplos, entre eles senhores e *escravos*. [...] Da mesma forma, elucidam uma política senhorial de domínio, antes desconhecida, que visa aproveitar-se dos anseios dos próprios escravos para torná-los mais vulneráveis. Enfim, as novas pesquisas ‘reabilitam’, por assim dizer, a ‘luta de classes’ sob o escravismo, praticamente inexistente na maioria das obras da Escola Paulista – como também, estranhamente, em alguns trabalhos mais recentes, de cunho marxista<sup>17</sup> (1999, p. 45) [*grifos do autor*].

No que se refere às negociações pacíficas, acordo sistêmico, paz social, subjetividade autônoma e escravidão consensual, João José Reis e Eduardo Silva afirmam que

Só sugerimos que, ao lado da sempre presente violência, havia um espaço social que se tecia tanto de barganhas quanto de conflitos. [...] Se os barões cedem e concedem, é para melhor controlar. Onde os escravos pedem e aceitam, é para melhor viver, algo mais que o mero sobreviver. [...] Quando a negociação falhava, ou nem chegava a se realizar por intransigência senhorial ou impaciência escrava, abriam-se os caminhos da ruptura. [...] Mas a própria possibilidade de rebelião – bem como de fugas e quilombos – funcionava como um limite aos excessos de tirania senhorial. Pode se dizer, sem pieguismo, que o sacrifício dos rebeldes não foi em vão, pois os que não entravam nos levantes, e mesmo os levantados cujas vidas os senhores poupavam para evitar prejuízo, podiam passar a manipular o medo senhorial de nova rebelião (1999, p. 07, 08, 09, 10).

---

<sup>17</sup> Slenes dirige esta última crítica explicitamente aos livros *O escravismo colonial* e *A escravidão reabilitada* de Jacob Gorender. R. Slenes critica o caráter teleológico e mecanicista do conceito de modo de produção escravista colonial, de J. Gorender.

Neste ponto, podemos acrescentar à ideia de Reis e Silva (1999), que a recíproca também é verdadeira, ou seja, a simples possibilidade de sofrer represálias dos senhores funcionava como um limite aos arroubos de rebeldia dos cativos, como brilhantemente demonstrou Silvia Lara<sup>18</sup>. Consequentemente, podemos compreender que a negociação cotidiana entre senhores e escravos, ao mesmo tempo em que limitou o poder dos senhores, funcionou também como um fator que contribuiu para reproduzir o sistema escravista. No entanto, é mister perceber que esse relacionamento de *negociação* foi um processo *entre partes desiguais*, isto é, com ampla vantagem e poder para a classe senhorial, mesmo assim, os negros escravos possuíam sua margem de autonomia para exercer suas ações de adaptação e resistência, portanto, o processo de negociação caracterizou-se por apresentar um movimento *continuum* até o rompimento – fugas, suicídio, aquilombamentos, rebeliões. Do mesmo modo, faz-se importante entendermos que a ação de negociação não ocorria mecanicamente, ou seja, senhores e cativos não faziam rodadas de negociações do tipo empresariais, como querem dar a entender alguns críticos mais exaltados da *HER*, na maioria das vezes, o processo ocorria implicitamente nas entrelinhas do dia a dia, na reprodução das experiências e dos legados e valores culturais dos distintos agentes históricos.

Desta maneira, fica patente que os historiadores da *HER não voltaram a Freyre* como acreditam José Carlos Reis e Jacob Gorender. Entre as obras do autor pernambucano e dos historiadores do paradigma atual há diferenças cruciais. Primeiro, em Freyre não há luta de classes; e segundo, este criou a representação de um escravo passivo, conformado e até mesmo alegre com sua condição. Em contra partida, o escravo que emerge a partir dos estudos filiados a nova vertente é sujeito histórico ativo, envolto na diária luta de classes e, na maioria das vezes, impossibilitado de negar o sistema procurava adaptar-se a ele da maneira que lhe fosse mais vantajosa.

Em relação a J. Gorender, parece-me que em alguns pontos de seu trabalho ele reconhece o processo de negociação diária também como uma forma de resistência ao cativo. Vejamos, nesta passagem Gorender argumenta que:

*Adaptação não é sinônimo de passividade. A negação da opressão veio dos quilombos, que o fizeram com audácia expressa, mas também veio daqueles que não tiveram alternativa senão a de se adaptar ao trabalho sob ameaça constante do relho. Aqui, a negação alcançava*

---

<sup>18</sup> LARA, S. H. **Campos da violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750 – 1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

*manifestações contundentes de maneira episódica, mas se fez sentir no cotidiano, sob formas e aspectos variadíssimos.*

A resistência à coação diária, à violência e a própria condição servil fazia parte da adaptação. [...] *A resistência fazia parte intrínseca da adaptação*, era necessidade para o escravo, como ar que respirava (1991, p. 35) [*grifos meus*].

Do mesmo modo, no tocante ao escravo como agente efetivo do processo histórico, rebatendo as críticas que recebeu, ele afirma:

Dispensando-me de reiterar que, em tudo o que escrevi sobre a escravidão, estudei o escravo como sujeito histórico, capaz de lutar contra a opressão coisificante. Mas meu enfoque, como o de outros historiadores, não foi, absolutamente, o de salientar na subjetividade do escravo a fonte do potencial da *acomodação*, ao regime opressor, de *aceitação* da escravidão como sistema *contratual*, o que o aproximaria singularmente do capitalismo (1991, p. 25) [*grifos do autor*].

Todavia, apesar de fazer estas ressalvas, isto é, embora aceite a resistência prosaica do dia a dia e enquadre os cativos que não negaram o sistema de maneira total como sujeitos históricos ativos, o conjunto de sua obra presta pouca atenção à análise destes contextos. Isto ocorre porque Gorender julga que estes episódios são de pouca relevância para a compreensão do escravismo brasileiro. Ao contrário, a *HER* considera a análise destes contextos de capital importância para se entender a sociedade escravista brasileira. Logo, pode-se perceber que no cerne destes debates historiográficos, implicitamente, estão se opondo duas correntes teórico-conceituais e metodológicas marxistas: a corrente estruturalista, neste debate específico representada por J. Gorender; e a corrente culturalista, baseada nas interpretações de Marx promovidas por E. P. Thompson, às quais filiam-se diversos historiadores da *HER*. Nesse contexto de embates, muitas críticas foram lançadas de lado a lado, numa delas Sidney Chalhoub<sup>19</sup> acusa Gorender de dar prosseguimento a *teoria do escravo-coisa*, consagrada por F. H. Cardoso<sup>20</sup>. No

---

<sup>19</sup> CHALHOUB, S. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>20</sup> CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

entanto, J. Gorender defende-se com razão desta crítica, já que quando argumentou sobre tal fenômeno, tivera o cuidado de ressaltar que tratava-se de *caso-limite*.

Para finalizar, resta-me fazer algumas considerações sobre o emprego de termos a respeito da dicotomia *resistência* e *adaptação*. A meu ver as teses defendidas pelos historiadores do novo paradigma da historiografia da escravidão não deixam dúvidas sobre a clareza das palavras a serem empregadas: *resistência* e *adaptação*. Não obstante, em seu livro *A Escravidão reabilitada*, Gorender utiliza no lugar de *adaptação* a palavra *acomodação*. Entendo que mais uma vez Jacob Gorender se equivoca ao analisar as proposições dos autores da *HER*, o termo *acomodação* gera certa ambiguidade conceitual, pois tanto pode representar a adaptabilidade como o conformismo. Conquanto, é a partir da colocação deste termo que José Carlos Reis e Jacob Gorender alegaram o suposto neofreyrianismo das ideias da *HER*. Escravos acomodados e conformados, como pudemos ver, estão explícitos na obra freyriana; já para os historiadores da *HER*, os escravos viveram suas experiências cotidianas, ao longo da vigência do escravismo brasileiro, por meio de um processo que poderia ser chamado de *adaptando-se*<sup>21</sup>, isto é, um movimento social que foi ao longo do processo histórico forjando a resistência cativa, seja por meio da negociação e do ajustamento do cativo ao sistema escravista, ou pela sua ruptura com este.

## CONCLUSÃO

Em *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freyre ofereceu-nos o estereótipo do cativo submisso, conformado, acomodado ao sistema escravista. Concebeu a efígie do que, muitos anos depois, Eduardo Silva chamaria do escravo *Pai João*, ou seja, a imagem da *acomodação* por excelência. Freyre não foi insensível, como pudemos notar, aos negros que não aceitaram a sua condição de escravos e agiam de forma a negar o sistema. Contudo, no conjunto de sua obra, ele vai retratar uma escravidão idílica, romântica, a qual os protagonistas foram os escravos que gozaram o cativo, acomodando-se a este da melhor forma que puderam. Portanto, nas abordagens freyrianas da escravidão predominaram os escravos passivos, submissos, conformados que desta condição contribuíram de maneira considerável para a composição étnica, cultural, social e econômica da sociedade brasileira.

Já Gorender, juntamente com os outros autores do panorama marxista estruturalista, prestou relevância ao escravo rebelde, aquele que viveria *sob*

<sup>21</sup> Neste ponto faço um paralelo com o que E. P. Thompson identificou como o processo de formando-se da classe operária inglesa. Sobre este assunto ver THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

*o signo da negação*. Portanto, concedeu-nos, conforme proferiria E. Silva, a representação do escravo *Zumbi*, isto é, o cativo heroificado pela sede de liberdade e coragem de negar o sistema por completo. O escravismo, nesta interpretação, teria sido um sistema de extremo rigor que esmagaria toda e qualquer possibilidade de autonomia dos sujeitos históricos oprimidos, dentro do regime escravista estes não teriam a possibilidade de formular projetos, de constituir famílias, de vislumbrar a liberdade sem quebrar com os grilhões da sujeição. Estas premissas deixam claro que os agentes históricos nesta perspectiva são somente aqueles que rompem com o regime. No entanto, vimos que Gorender afirma reconhecer como sujeitos históricos aqueles que não negaram completamente a sociedade escravista e promoveram uma resistência dia a dia dentro dos limites que esta os impunha. Todavia, para este autor e sua corrente historiográfica, a limitação de autogoverno destes cativos retirou deles a energia transformadora e, desta forma, eles acabaram servindo mais para conservar o modo de produção do que para revolucioná-lo. Desse modo, o que tem relevância para a análise sócio-histórica são as ações rebeldes e revolucionárias, já que os escravos que negaram a escravidão cumpriram os requisitos para transformarem-se em sujeitos históricos ativos.

Como constatamos, a abordagem do atual paradigma preponderante se contrapõe ao determinismo estruturalista da historiografia da escravidão predominante durante os decênios de 1960 e 1970. Acreditando nas teorias ligadas com a história e a antropologia cultural, os historiadores desta perspectiva atual, em suas análises, passaram a questionar a supremacia exclusiva da classe dominante na produção de ideias. Nesse contexto, estes autores começaram a perceber que as parcelas sociais subalternas ao se apropriarem das mensagens hegemônicas, as reinterpretavam e atribuíam-lhes significados adequados a suas realidades e coerentes com suas demandas de sobrevivência, suas experiências, suas crenças, seus valores e, desse modo, criavam seus próprios códigos de conduta. Com este enfoque culturalista, as obras da *HER* procuram apreender o *escravo real* inserido em toda a complexidade do sistema que o oprimia; em outras palavras, além do escravo que se rebelava ou o que se conformava, este panorama quer captar o cativo que trabalhava, comia, bebia, dormia, mas que, acima de tudo, pensava e planejava as melhores maneiras de viver e superar uma condição social inferior em um mundo que lhe era opressor e hostil. A partir disso, estes historiadores buscam perceber quais foram as estratégias de *resistência – adaptação e superação* da escravidão – dos escravos e de *dominação* dos senhores, na tentativa de entender quais os elementos que fizeram com que este sistema tenha se reproduzido e durado por mais de três séculos.

Enfim, fica patente, no meu entendimento, que as representações de Freyre, Gorenender e do paradigma atual para o escravo como sujeito histórico e para a escravidão estão ancorados, respectivamente, nos conceitos de *acomodação*, *negação* e *adaptação*.

Mesmo que reconheçamos a *HER* como hegemônica em estudos e pesquisas sobre a escravidão no Brasil, conhecer estas outras vertentes é indispensável. Somente desta forma pode-se conservar aberto uma conexão dialógica para história e para historiografia da escravidão e, portanto, estabelecer uma consciência relativista em relação a esta vertente hegemônica, preservando-a de um *dogmatismo cultural*, que não contribui em nada para o avanço dos saberes históricos. O *ensaísmo* de Freyre, para o bem e para o mal, foi e é referência obrigatória para quem desejou ou deseja estudar a escravidão brasileira. A perspectiva estruturalista se opôs impetuosamente à abordagem freyriana; o novo paradigma hegemônico entendeu o conceito freyriano de escravidão consensual e readequou-o, por meio da concepção thompsoniana de experiência, a uma tradição marxista culturalista, porém, estes mesmos historiadores foram também duros críticos de Freyre, no tocante a sua visão histórica aristocrática e harmonizadora das contradições e conflitos políticos, econômicos, sociais e culturais.

## REFERÊNCIAS

CARDOSO, C. F. O modo de produção escravista colonial. In: SANTIAGO, T. A. (Org.). **América colonial**; ensaios. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CHALHOUB, S. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DIEHL, A. A. **A cultura historiográfica brasileira**: do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FREYRE, G. de M. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. 5. ed. revista e ampliada. São Paulo, Ática, 1988.

\_\_\_\_\_. **A escravidão reabilitada**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

LARA, S. H. **Campos da violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750 – 1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira (1933 - 1974)**. São Paulo: Ática, 1975.

MOURA, M. M. **Nascimento da antropologia cultural**: a obra de Franz Boas. São Paulo: Hucitec, 2004.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

REIS, J. J.; SILVA, E. **Negociação e Conflito**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SLENES, R. **Na Senzala uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: \_\_\_\_\_. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.